



Perspectivas

António Teodoro

Director do Instituto de Educação da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

A Universidade Lusófona assegura uma colaboração quinzenal com o *Confidencial*

O estado da Educação

O debate sobre a Educação em Portugal tem estado, nas últimas duas décadas, aprisionado pelo recurso sistemático a um conjunto de *opinionmakers* que muito pouco sabem sobre educação, mas que têm sido capazes de impor um conjunto de senso comuns com enorme força no modo como se equaciona e vê o futuro da educação das jovens gerações.

Não é este o lugar para analisar o modo como se construiu essa hegemonia e as suas consequências na fixação dos objectivos da acção política. O nosso propósito é outro: num momento em que se inicia um novo ciclo político – que tem, aliás, como principal protagonista no Ministério da Educação um dos mais activos construtores desse senso comum, apresentar um conjunto de tendências pesadas da evolução da educação em Portugal, que têm de estar no centro de qualquer política radicalmente democrática para o sector.

A primeira tendência tem a ver com a expansão do acesso à educação que, em Portugal, coexiste com práticas antigas de organização escolar, assentes sobretudo na reprovação como meio de superação dos atrasos na aprendizagem, o que torna o percurso dos nossos jovens fortemente dependente do estatuto socio-económico das famílias. Menos de um terço dos nossos jovens consegue fazer os 12 anos de escolaridade sem reprovações.

A segunda tendência decorre da constatação que, desde meados da década de 1990, há uma estagnação das taxas de escolarização do ensino secundário em valores da ordem dos 60% (o valor máximo foi atingido em 2007-2008 com 63,2%), o que denota uma extraordinária resistência de muitos jovens, sobretudo do género masculino, a permanecer na escola para além do 9º ano. Uma escolaridade obrigatória de 12 anos só será possível, na práti-

ca, se for encontrado o antídoto (nos planos social e escolar) para essa persistente resistência a mais escolarização de importantes camadas juvenis.

A terceira tendência prende-se com o ritmo da evolução das qualificações da população portuguesa. Um estudo recente do Conselho Nacional de Educação (Estado da Educação 2010. Percursos escolares, CNE, 2010) assinalava que o ritmo de progressão de Portugal é inferior ao crescimento médio da OCDE ou da União Europeia (UE) a 19 países, o que não lhe permite recuperar a desvantagem de partida. Ou seja, a manter-se esse ritmo não será nas próximas décadas que Portugal atingirá os níveis de qualificação próximos dos de outros países da UE.

Estas três tendências pesadas da evolução da Educação nas últimas décadas sinalizam algumas prioridades, que poderão conduzir a políticas de educação que tenham a equidade e a coesão social como preocupação domi-

nante. Aqui se sinalizam duas prioridades esquecidas.

A primeira prioridade centra-se na progressiva universalização da educação de infância, combatendo as assimetrias actualmente existentes na oferta pública. Tenho defendido que, em tempos de recursos escassos, entre o alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos e a educação de infância, a prioridade deve ser para esta última, a educação de infância. Na coesão social (e no futuro dos resultados escolares) é aí que se desenrola a batalha principal.

A segunda prioridade tem a ver com a educação de adultos, remetida na última década a uma pura visão economicista de obtenção de competências de empregabilidade. Sem desvalorizar a importância desse objectivo, o que se trata é de assumir plenamente os propósitos que estiveram na origem da criação em 1999 da então ANEFA (Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos).



Perspectivas

António Teodoro

Director do Instituto de Educação da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

A Universidade Lusófona assegura uma colaboração quinzenal com o *Confidencial*

O estado da Educação

O debate sobre a Educação em Portugal tem estado, nas últimas duas décadas, aprisionado pelo recurso sistemático a um conjunto de *opinionmakers* que muito pouco sabem sobre educação, mas que têm sido capazes de impor um conjunto de senso comuns com enorme força no modo como se equaciona e vê o futuro da educação das jovens gerações.

Não é este o lugar para analisar o modo como se construiu essa hegemonia e as suas consequências na fixação dos objectivos da acção política. O nosso propósito é outro: num momento em que se inicia um novo ciclo político – que tem, aliás, como principal protagonista no Ministério da Educação um dos mais activos construtores desse senso comum, apresentar um conjunto de tendências pesadas da evolução da educação em Portugal, que têm de estar no centro de qualquer política radicalmente democrática para o sector.

A primeira tendência tem a ver com a expansão do acesso à educação que, em Portugal, coexiste com práticas antigas de organização escolar, assentes sobretudo na reprovação como meio de superação dos atrasos na aprendizagem, o que torna o percurso dos nossos jovens fortemente dependente do estatuto socio-económico das famílias. Menos de um terço dos nossos jovens consegue fazer os 12 anos de escolaridade sem reprovações.

A segunda tendência decorre da constatação que, desde meados da década de 1990, há uma estagnação das taxas de escolarização do ensino secundário em valores da ordem dos 60% (o valor máximo foi atingido em 2007-2008 com 63,2%), o que denota uma extraordinária resistência de muitos jovens, sobretudo do género masculino, a permanecer na escola para além do 9º ano. Uma escolaridade obrigatória de 12 anos só será possível, na prática,

se for encontrado o antídoto (nos planos social e escolar) para essa persistente resistência a mais escolarização de importantes camadas juvenis.

A terceira tendência prende-se com o ritmo da evolução das qualificações da população portuguesa. Um estudo recente do Conselho Nacional de Educação (Estado da Educação 2010. Percursos escolares, CNE, 2010) assinalava que o ritmo de progressão de Portugal é inferior ao crescimento médio da OCDE ou da União Europeia (UE) a 19 países, o que não lhe permite recuperar a desvantagem de partida. Ou seja, a manter-se esse ritmo não será nas próximas décadas que Portugal atingirá os níveis de qualificação próximos dos de outros países da UE.

Estas três tendências pesadas da evolução da Educação nas últimas décadas sinalizam algumas prioridades, que poderão conduzir a políticas de educação que tenham a equidade e a coesão social como preocupação domi-

nante. Aqui se sinalizam duas prioridades esquecidas.

A primeira prioridade centra-se na progressiva universalização da educação de infância, combatendo as assimetrias actualmente existentes na oferta pública. Tenho defendido que, em tempos de recursos escassos, entre o alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos e a educação de infância, a prioridade deve ser para esta última, a educação de infância. Na coesão social (e no futuro dos resultados escolares) é aí que se desenrola a batalha principal.

A segunda prioridade tem a ver com a educação de adultos, remetida na última década a uma pura visão economicista de obtenção de competências de empregabilidade. Sem desvalorizar a importância desse objectivo, o que se trata é de assumir plenamente os propósitos que estiveram na origem da criação em 1999 da então ANEFA (Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos).